

SUMÁRIO

CAPÍTULO I

TEORIA GERAL DOS RECURSOS TRABALHISTAS 23

1. Do conceito de recurso	23
1.1. Do processo do trabalho: conceito e autonomia	25
2. Natureza jurídica dos recursos	28
3. Fundamentos dos recursos	28
4. Classificação dos recursos	30
4.1. Recursos ordinários e extraordinários	30
4.2. Recursos de fundamentação livre e de fundamentação vinculada	31
4.3. Recursos parciais e totais	32
5. Dos pronunciamentos judiciais passíveis de recurso	32
5.1. Sentença	33
5.1.1. A questão da fundamentação das decisões	35
5.1.2. Do julgamento parcial do mérito	43
5.1.3. Do julgamento de improcedência liminar	46
5.2. Acórdão	49
5.3. Decisões Interlocutórias	49
5.4. Despachos	50
6. A questão dos dissídios de alçada e a recorribilidade	50
7. Da remessa necessária ou recurso de ofício	53
8. Recursos e direito intertemporal	57

CAPÍTULO II

PRINCÍPIOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS 63

1. Do conceito e importância dos princípios no sistema recursal trabalhista 63
2. Dos princípios recursais em espécie 65
 - 2.1. Duplo grau de jurisdição 65
 - 2.2. Taxatividade 71
 - 2.3. Singularidade ou unirecorribilidade 72
 - 2.4. Fungibilidade 73
 - 2.5. Proibição da *reformatio in pejus* 75
 - 2.6. Variabilidade 76
 - 2.7. Dialeticidade 78
 - 2.8. Subsidiariedade 80
 - 2.9. Irrecorribilidade em separado das decisões interlocutórias 88
 - 2.9.1. Decisões interlocutórias recorríveis de imediato 88
 - 2.10. Princípio da Voluntariedade 90
 - 2.11. Boa-fé 90
 - 2.11.1. Do assédio processual 95
 - 2.11.2. Da Litigância predatória 100
 - 2.12. Duração razoável do processo na esfera recursal 103
 - 2.13. Primazia do julgamento do mérito recursal 105

CAPÍTULO III

DOS PRESSUPOSTOS RECURSAIS 107

1. Conceito 107
2. Pressupostos recursais intrínsecos 108
 - 2.1. Cabimento 108

2.2.	Legitimidade	109
2.2.1.	Da Legitimidade do terceiro	110
2.2.2.	Legitimidade do INSS	111
2.2.3.	Legitimidade do perito e advogado	113
2.2.4.	Da legitimidade do Ministério Público	114
2.2.5.	Capacidade das partes	114
2.2.6.	Representação	117
2.2.7.	Da regularização da representação processual ..	119
2.2.8.	Capacidade postulatória (<i>jus postulandi</i>)	121
2.2.9.	Da Legitimidade do preposto	123
2.3.	Interesse recursal	124
2.3.1.	Do interesse recursal da parte que fora beneficiada pela extinção do processo sem resolução de mérito	125
2.3.2.	A parte beneficiada pelo decreto de improcedência total dos pedidos tem interesse recursal? ..	126
2.4.	Inexistência de fatos extintivos ou modificativos do direito de recorrer	130
3.	Pressupostos recursais extrínsecos	130
3.1.	Preparo	130
3.1.1.	Depósito recursal	132
3.1.2.	Da constitucionalidade do depósito recursal ..	143
3.1.3.	Possibilidade de dispensa do depósito recursal ao litigante beneficiário da justiça gratuita	145
3.1.4.	Da possibilidade de substituição do depósito recursal por carta de fiança ou seguro-garantia	146
3.2.	Regularidade formal	151
3.2.1.	Assinatura	154

3.3.	Tempestividade	155
3.3.1.	Privilégios de prazo	163

CAPÍTULO IV

EFEITOS DOS RECURSOS TRABALHISTAS 165

1.	Do conceito	165
2.	Do efeito devolutivo	165
2.1.	Extensão e profundidade do efeito devolutivo	167
3.	Efeito translativo	169
4.	Regressivo	170
5.	Substitutivo	171
6.	Suspensivo	171
7.	Expansivo	173

CAPÍTULO V

DO PROCESSAMENTO DOS RECURSOS TRABALHISTAS 175

1.	JuÍzos de admissibilidade e de mérito dos recursos	175
2.	Das contrarrazões	178
2.1.	A impugnação das decisões interlocutórias e as contrarrazões	181
3.	Procedimento	182
4.	Da sessão de julgamento e da sustentação oral	184
4.1.	Da sessão de julgamento por videoconferência	187
5.	Do art. 932 do CPC – Poderes do Relator	188
6.	Saneamento das nulidades	192
6.1.	Das nulidades	192
6.2.	Do saneamento das nulidades em grau recursal	196
6.3.	Saneamento de nulidades no recurso de revista	199

CAPÍTULO VI**DA UNIFORMIZAÇÃO DA JURISPRUDÊNCIA TRABALHISTA 203**

1. Da jurisprudência	203
2. A questão do precedente judicial	205
3. Das Súmulas	210
4. Força vinculante da jurisprudência dos Tribunais	217
4.1. Da reclamação constitucional e da reclamação na justiça do trabalho	227
4.2. Nova sistemática de avaliação do conhecimento, pelos tribunais regionais do trabalho, do recurso de revista quando a decisão regional observou os precedentes do TST	234
5. Da uniformização da jurisprudência dos Tribunais Regionais do Trabalho	236
6. Do incidente de Resolução de Demandas Repetitivas no âmbito dos Tribunais Regionais do Trabalho	241
7. Do incidente de Assunção de Competência	248
8. Recursos de revista repetitivos	249

CAPÍTULO VII**DOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO 265**

1. Conceito	265
2. Regramento legal	266
3. Cabimento	267
4. Caráter infringente dos embargos (efeito modificativo)	269
5. Embargos de declaração em face de decisão interlocutória	270
6. Embargos de declaração e contraditório	271
7. Embargos de declaração protelatórios e multa	272
8. Embargos de declaração e prequestionamento	273
9. Do processamento dos embargos de declaração	274

CAPÍTULO VIII**RECURSO ORDINÁRIO 277**

1. Conceito	277
2. Regramento legal	279
3. Cabimento	279
4. O momento de impugnação das decisões interlocutórias e os protestos	280
5. Singularidades do Rito Sumaríssimo	282
6. Efeitos do recurso ordinário	283
7. Os §§ 3º e 4º do art. 1.013 do CPC e a teoria da causa madura e sua aplicação no recurso ordinário trabalhista	284
8. O reconhecimento da prescrição de ofício no recurso ordinário	287
9. Procedimento	293
10. Juntada de documentos	295

CAPÍTULO IX**RECURSO DE REVISTA 299**

1. Conceito	299
2. Regramento legal	302
3. Cabimento	304
4. A controvertida questão da violação a princípios constitucionais	312
5. Execução de sentença	315
6. Execução de título executivo extrajudicial, execução fiscal e certidão negativa de débitos trabalhistas	318
7. Recurso de revista em acórdão proferido em Agravo de Instrumento	319
8. Remessa necessária e recurso de revista	319
9. Pressupostos específicos do Recurso de Revista	320

9.1. Pressupostos extrínsecos	320
9.2. Pressupostos intrínsecos	323
10. Prequestionamento como pressuposto intrínseco fundamental do recurso de revista	324
10.1. Prequestionamento ficto	325
10.2. Dispensa do prequestionamento	326
11. Da vedação do reexame de fatos e provas no Recurso de Revista	328
12. Atualidade da divergência e admissibilidade do recurso de revista	329
13. Recurso de revista no rito sumaríssimo	329
14. Transcendência no recurso de revista	330
15. Efeitos do recurso de revista	346
15.1. Efeito devolutivo	346
15.2. Efeito suspensivo	349

CAPÍTULO X

EMBARGOS NO TST 351

1. Conceito	351
2. Regramento Legal	351
3. Cabimento	353
4. Embargos infringentes	354
4.1. Procedimento	354
5. Embargos de Divergência	355
5.1. Da possibilidade de cabimento simultâneo de Embargos de Divergência e de Recurso Extraordinário	357
5.2. Procedimento	359
6. Embargos de Nulidade	360

CAPÍTULO XI**AGRAVO DE INSTRUMENTO 363**

1. Conceito 363
2. Regramento legal 364
3. Cabimento 364
4. Procedimento 366

CAPÍTULO XII**AGRAVO DE PETIÇÃO 371**

1. Conceito 371
2. Regramento Legal 372
3. Cabimento 372
4. Delimitação das matérias objeto da controvérsia 375
5. Sentença de liquidação e o agravo de petição 378
6. Procedimento 381

CAPÍTULO XIII**DO RECURSO ADESIVO NO PROCESSO DO TRABALHO 383**

1. Conceito 383
2. Regramento Legal 383
3. Cabimento 383
4. Procedimento 385

CAPÍTULO XIV**PEDIDO DE REVISÃO 387**

1. Conceito 387
2. Regramento legal 387
3. Cabimento 387
4. Procedimento 388

CAPÍTULO XV**DO RECURSO EXTRAORDINÁRIO NO ÂMBITO TRABALHISTA 391**

1. Conceito 391
2. Regramento legal 392
3. Cabimento 392
4. Da repercussão geral no recurso extraordinário 395
5. Do processamento do recurso extraordinário 398
6. Recurso extraordinário e execução de sentença trabalhista ... 400

CAPÍTULO XVI**DO AGRAVO REGIMENTAL E AGRAVO INTERNO 403**

1. Conceito 403
2. Regramento Legal 404
3. Cabimento 406
4. Procedimento 407
5. Multa 408

BIBLIOGRAFIA 411